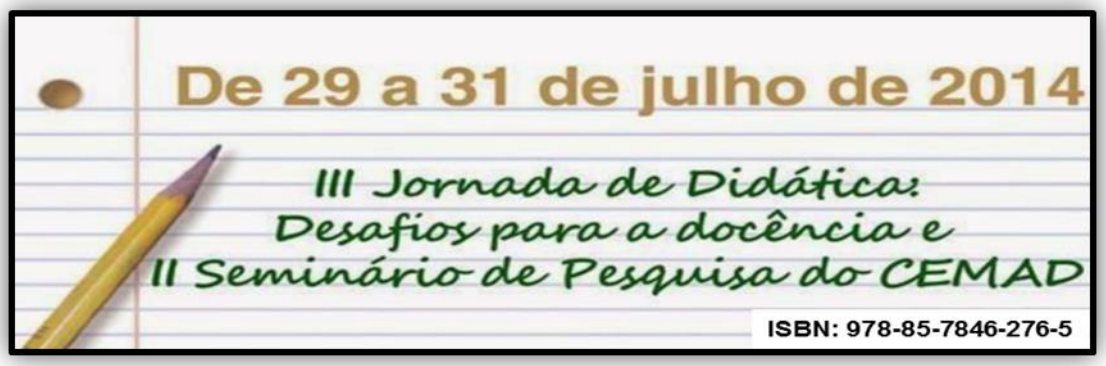

EM BUSCA DA REGULAÇÃO DO ENSINO E DA AUTORREGULAÇÃO DA APRENDIZAGEM: O QUE OS DADOS DO IDEB NOS DIZEM?

OLIVEIRA, Ariane Xavier de
Universidade Estadual de Londrina - UEL
(ariane_oliveira_94@hotmail.com)

VIDIGAL, Letícia
Universidade Estadual de Londrina - UEL
(leticia_vidigal_@hotmail.com)

MELLO, Diene Eire de
Universidade Estadual de Londrina – UEL
(diene.eire.mello@gmail.com)

Eixo 01: Didática e Práticas de Ensino na Educação Básica

Resumo

O presente artigo tem por objetivo problematizar o valor informacional dos indicadores divulgados pelo IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) de uma escola pública da região de Londrina participante do projeto OBEDUC (Observatório da Educação). A reflexão acerca dos dados possui a finalidade de delinear estratégias avaliativas e alternativas metodológicas, utilizando-se das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), visando contribuir com a superação das dificuldades da realidade escolar a partir de ações comprometidas com a regulação do ensino e autorregulação da aprendizagem. A pesquisa valeu-se da abordagem qualitativa de caráter exploratório, utilizando-se de aplicação de questionário e análise documental a partir dos dados do IDEB e PPP (Projeto Político Pedagógico) da instituição. Por meio do exame dos dados coletados, constata-se a necessidade de um projeto na escola que incida sobre a leitura e interpretação por meio de diferentes linguagens, sendo fundamental que os

agentes educacionais analisem os índices das avaliações em larga escala e do IDEB a fim de propor estratégias direcionadas ao sucesso escolar dos alunos.

Palavras-chave: Avaliação externa; IDEB; OBEDUC.

INTRODUÇÃO

O OBEDUC (Observatório da Educação) é um projeto financiado pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e tem como propósito maior incentivar estudos e pesquisas em educação e, principalmente, possibilitar a aproximação entre a pós-graduação, licenciaturas e escolas da educação básica, além de incentivar a produção acadêmica. No ano de 2012 foi aprovado o subprojeto "Da avaliação à regulação do ensino e à autorregulação da aprendizagem: concretizando possibilidades" a ser desenvolvido na Universidade Estadual de Londrina, com o objetivo de converter as possíveis causas do baixo IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) de cinco escolas localizadas no município de Londrina- PR, uma vez que os resultados das avaliações em larga escala constatam o baixo nível de aprendizagem durante anos de escolarização e alto índice de repetência, ocasionando numerosa evasão.

A partir da iniciativa de melhorar a educação brasileira, sobretudo no que se refere à qualidade e universalização do acesso, fornecendo subsídios de políticas públicas para as esferas municipal, estadual e federal, são realizadas avaliações em larga escala, por meio de provas do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) a partir do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB. (BRASIL, 2011)

De acordo com Costa-Hübes (2013, p.505), com relação aos índices do Saeb "[...] ainda há um longo caminho a percorrer para atingir a meta estabelecida para 2021. Para isso, o País, o Estado, o Município e as escolas devem empenhar-se para que resultados favoráveis apareçam [...]". Deste modo, o projeto tem por objetivo, identificar, por meio da compreensão dos indicadores do IDEB, os problemas e dificuldades das escolas vinculadas, a fim de delinear estratégias e implementar ações que contribuam com a melhoria da aprendizagem dos alunos e consequentemente dos índices do IDEB. Além disso, possui o intento de consolidar a integração teoria-prática no cotidiano escolar por meio da inserção

social dos sujeitos das instituições envolvidas, visando uma melhoria no processo educacional, pensando sempre na colaboração de seus participantes acerca de avanços nas escolas básicas da região.

O seguinte artigo tem por objetivo problematizar o valor informacional dos indicadores divulgados pelo IDEB de uma das cinco escolas públicas da região de Londrina envolvidas no OBEDUC. A análise dos dados do IDEB não pode ser simplesmente pelo seu aspecto numérico e estatístico, mas deve promover uma ampla reflexão acerca do que estes indicadores apontam como aspectos nevrálgicos acerca do que os alunos dominam e o que estes deveriam dominar de acordo com a série em que se encontram.

É possível inferir que apesar da existência do IDEB desde 2007, estes dados ainda não são compreendidos em sua profundidade pelos profissionais da educação. Desta forma, a primeira etapa dos estudos relativos ao OBEDUC é compreender tais dados levando em conta as características da instituição em questão. Faz-se imprescindível uma análise mais apurada, para que as ações a serem planejadas e desenvolvidas levem em conta a real situação da escola no seu contexto.

Neste sentido, a ênfase da análise recai sobre os conteúdos ainda não dominados pelos educandos evidenciado pelos resultados das avaliações externas, de modo geral, a respeito do domínio da leitura, escrita e argumentação. As ações a serem desenvolvidas na escola em questão deverão levar em conta alternativas metodológicas e estratégias avaliativas que coloquem o aluno como sujeito de sua aprendizagem, utilizando-se das tecnologias da informação e comunicação (TICs).

METODOLOGIA

A Abordagem utilizada neste estudo foi a pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, levando em conta que o objetivo principal do OBEDUC por meio de uma pesquisa ação é planejar e intervir com práticas capazes de contribuir com a superação dos problemas e dificuldades da realidade escolar a partir de ações comprometidas com a regulação do ensino e autorregulação da aprendizagem.

Este texto trata especificamente da primeira fase do projeto, que é o conhecimento da realidade a fim de propor alternativas de superação. Desta forma,

optamos por um estudo exploratório, que contou com coleta de dados por meio de questionário, análise documental dos dados do IDEB e análise de alguns dados no PPP da escola.

Para a coleta de dados junto aos alunos, foram aplicados questionários com 29 questões relativas aos aspectos socioeconômicos do estudante, infraestrutura da instituição de ensino e aspectos da comunidade escolar a duas turmas de 8º ano de uma escola estadual do município de Londrina- PR, totalizando 35 participantes. Debruçamo-nos neste trabalho sobre os aspectos infraestruturais da escola. Os procedimentos de análise exigiram, portanto, a interpretação dos dados fornecidos pelos estudantes em confronto com os índices do IDEB do ano de 2011.

SAEB E IDEB EM FOCO: ALGUNS APONTAMENTOS

No momento atual, as etapas e os níveis de ensino brasileiro, com excessão da educação infantil, são avaliados de maneira organizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixiera (INEP), órgão ligado ao Ministério da Educação e da Cultura (MEC). Segundo Machado (2012, p. 71), os estudos sobre a avaliação da aprendizagem realizados dentro da escola, prevaleceram durante muito tempo. Entretanto em 1990, a avaliação externa, ou seja, aquela concebida fora do espaço educativo ganhou evidência nos debates educacionais.

Em 2007, com a publicação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado pelo governo Lula, o Ministério da Educação (MEC) elabora objetivos a serem cumpridos no que se refere à organização das políticas públicas educacionais e prestação de contas à sociedade, oferecendo visibilidade do que se passa dentro e fora da escola. Para tanto, fazia-se necessário utilizar-se de avaliações capazes de controlar, mensurar e projetar números referentes à qualidade da educação brasileira (PASCHOALINO; FIDALGO, 2011). Os resultados em maior evidência estão relacionados ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) advindos e representados pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

As avaliações externas seriam um meio capaz de atuar sobre estes objetivos e, no mesmo ano foi criado o IDEB, com a iniciativa de, a partir das

avaliações em larga escala, analisar dois conceitos importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Por meio deste, ampliam-se as possibilidades de mobilização da sociedade em favor da educação, sobretudo a partir dos resultados encontrados no SAEB ou Prova Brasil, a fim de indicar a necessidade de melhorias do sistema (BRASIL, 2011).

As metas projetadas para o IDEB são estratégias traçadas na busca pela evolução individual dos índices, para que o Brasil atinja o patamar educacional que tem hoje a média dos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Em termos numéricos, isso significa evoluir da média nacional 3,8, registrada em 2005, para uma média igual a 6,0, na primeira fase do ensino fundamental. O IDEB é calculado a partir de dois componentes: taxa de rendimento escolar (aprovação) e média de desempenho nos exames padronizados aplicados pelo INEP (BRASIL, 2011).

O ato de encarar a avaliação em larga escala vinculada ao desafio da aprendizagem só é possível mediante o esforço de despreendê-la dos mecanismos de aprovação e reprovação (ALAVARSE; BRAVO; MACHADO, 2013, p.18). Portanto, é substancial que se compreenda o valor das avaliações enquanto suporte para auxiliar que todos aprendam.

O SAEB, de acordo com Cocco e Sudbrack (2012, p. 9), possui o objetivo de “realizar um diagnóstico do sistema educacional brasileiro e alguns fatores que possam interferir no desempenho do aluno, fornecendo indicações sobre a qualidade do ensino ofertado”, é formado por duas avaliações: a ANEB, denominada Avaliação Nacional da Educação Básica, oportuniza a produção de “[...] resultados médios de desempenho conforme os estratos amostrais [...]”, além de favorecer a investigação da equidade e “[...] a eficiência dos sistemas e redes de ensino por meio da aplicação de questionários [...]”; enquanto a ANRESC (Prova Brasil), designada Avaliação Nacional do Rendimento Escolar, analisa e avalia as habilidades em Língua Portuguesa com ênfase na leitura, e em Matemática, cujo foco reside na resolução de problemas (BRASIL, 2011, p. 7).

A Prova Brasil, é uma avaliação universal aplicada a todos os estudantes do quinto e nono ano do ensino fundamental da rede pública, desde que as turmas sejam compostas por mais de 20 estudantes matriculados nas séries em questão. Concedendo médias de desempenho para o país, regiões e unidades da

federação, possui como propósito a partir dos resultados de cada instituição, contribuir com a qualidade do ensino, redução das desigualdades, a democratização da gestão do ensino público, e ademais, buscar o desenvolvimento de uma cultura avaliativa que fomente o controle social sobre os processos e resultados do ensino (BRASIL, 2011, p. 8).

As avaliações em larga em escala possuem a finalidade de avaliar o sistema educacional, e não o aluno em si. As médias se direcionam ao nível de proficiência, determinado de 25 em 25 pontos levando em conta as habilidades e competências desenvolvidas por cada aluno. Tais índices contribuem para o estabelecimento de metas para a melhoria da educação procurando diminuir a desigualdade entre as redes de ensino. Além disso, há de ser levado em conta o contexto socioeconômico do público alvo da avaliação, fato que justifica a aplicação, para além de uma prova de Português e Matemática, também de um questionário socioeconômico que possibilita conhecer alguns dados da realidade dos alunos.

Autores se dividem em posicionamentos acerca das avaliações em larga escala, como afirmam Alavarse, Bravo e Machado (2013). Aspectos positivos podem ser evidenciados ao passo que as avaliações permitem a comparabilidade dos resultados ao longo do tempo e entre séries. Segundo os autores, a análise acerca da leitura e resolução de problemas consiste, ao contrário de muitos que afirmam ser reducionista, um suporte para os demais conhecimentos abordados durante o processo de escolarização. No entanto, críticas também são indiciadas, sobretudo acerca do determinismo dos resultados, eminentemente padronizados, que influenciam de maneira exacerbada o trabalho do professor, uma vez que estes passam a ser assistidos como únicos capazes e responsáveis pelo aumento dos índices. Almeida, Dalben e Freitas (2013, p.10), consideram não se opor às avaliações externas, embora evidenciem “[...] que seus resultados podem ajudar de forma mais efetiva na melhoria da qualidade educacional, se utilizados índices mais amplos que deem conta de outras dimensões da questão da qualidade [...]”, ou seja, consideram o modelo inapropriado que por meio de resultados ranqueados responsabilizam unicamente as escolas por seus resultados.

Ambos os posicionamentos hão de ser levados em consideração. No entanto, utilizando-se das conclusões de Neto (2010, p.101), as avaliações, mesmo que mediante aprimorações, podem ser instrumentos importantes para a

avaliação das políticas educacionais, além de que os resultados são fundamentais à discussões e posterior utilização para modificar aspectos negativos.

PERFIL DO CAMPO: ANÁLISE DOS ÍNDICES DO IDEB

A instituição de ensino, alvo da presente pesquisa, está localizada na zona sul, em um bairro periférico do município de Londrina – PR, atende um público de 669 alunos matriculados, pertencentes às series compreendidas do 6º ao 9º ano e oferece atendimento no período matutino e vespertino.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (2012, p.7), a escola fora construída no ano de 1984 em um terreno cedido pela Prefeitura Municipal com uma área de 4.244,54 m2 e possui uma construção térrea de 1.498 m2 em alvenaria, compreendendo 12 salas de aula, 05 salas destinadas ao trabalho administrativo-pedagógico, 01 biblioteca, 01 cozinha, 08 sanitários, e 01 quadra poli esportiva.

A escola contempla estudantes de diversos bairros da região, com índice sociocultural de maior percentual em nível de escolarização nas séries finais do ensino fundamental incompleto do 6º ao 9º ano, seguido das séries iniciais do 1º ao 5º ano, conforme pesquisa apresentada no projeto politico pedagógico do estabelecimento de ensino. Além disso, quanto ao nível sócioeconômico verificou-se que 58% das famílias possui renda de 0 a 1 salário mínimo. Consideramos estes dados imprescindíveis, uma vez que são condicionantes dos demais dados para a avaliação do IDEB.

O corpo docente da escola é constituído por 43 professores, com formação superior e alguns, com especialização. Os docentes não são, em geral efetivos, mas com contratos temporários, fato este, considerado pela instituição, como complexo para o planejamento e organização do processo pedagógico, uma vez que há uma alta rotatividade de docentes a cada ano letivo.

No que se refere às avaliações em larga escala, a investigação parte das informações referentes ao ano de 2011, tendo em vista que o INEP ainda não divulgou o resultado do IDEB de 2013, apesar disso, a projeção segue na direção da nota 4,0. Os números referentes à Taxa de Aprovação, Prova Brasil, IDEB no ano de 2011 e as projeções para 2015, da escola em questão, estão representados no Quadro 1.

Com relação à taxa de aprovação, de 2005 à 2011, houve um significativo avanço, porém com as notas da Prova Brasil não ocorreu o mesmo. Houve um declínio de 2005 para 2009 em ambas as disciplinas (Matemática e Língua Portugesa), que em 2011 não se reverteu completamente. O resultado do IDEB, por sua vez, demonstrou um avanço de 2011 sobre os anos anteriores.

Quadro 1 - Dados da escola estudada

Taxa de aprovação	**Prova Brasil**		**IDEB**	**Projeções para 2015**
6º ao 9º ano	Matemática	Língua Portuguesa	3,7	4,4
89,6	221,53	226,27		

Fonte: BRASIL (2011)

No portal do Ministério da Educação, INEP, são divulgados os resultados da Prova Brasil e as escalas de proficiência de Língua Portuguesa e Matemática do ensino fundamental e médio. Estas são fundamentais para a interpretação dos resultados da avaliação, contendo os níveis de desempenho dos alunos de acordo com a disciplina e nível de ensino.

No caso analisado, os dados demonstram uma acentuada defasagem de conteúdos apreendidos pelos educandos de 5º e 9º ano do Ensino Fundamental. A média de 221,53 em Matemática, atingida pela escola em 2011, ilustra que sua escala de proficiência, a partir das habilidades e competências desenvolvidas nos alunos, reside no nível 4. Isto significa que os descritores/ conteúdos posteriores a este nível não foram apreendidos.

Os principais problemas, de modo geral, no que se refere à Matemática, consistem em dificuldades de interpretar informações, técnicas operatórias, leitura de dados de tabelas, cálculo de figuras, resolução de problemas, leitura de gráficos de colunas, problemas com noções de porcentagem, relação de unidades de medida e tempo, etc.

Em Língua Portuguesa, a avaliação demonstra a média de 226,27 que significa um alcance do nível 5. Sendo assim, os educandos possuem dificuldades, sobretudo, para interpretar a diversidade de textos e linguagens, tais como, tabelas, gráficos, charges, textos científicos, imagens, etc.

Valendo-se destes dados, a atuação do projeto na escola pode incidir sobre a leitura e interpretação que se constituem como obstáculos para as demais disciplinas, além de serem suportes para a apreensão dos conteúdos ainda não atingidos. Por outro lado, os dados coletados por meio dos questionários com os alunos do 8º ano do Ensino Fundamental, evidenciaram um problema crônico quase comum na maioria das escolas, que é falta de atividades ou práticas extra sala que contribuam para o envolvimento dos alunos para com as atividades escolares. Vale ressaltar que o parâmetro que segue, diz respeito apenas a perspectiva dos estudantes. Segundo 40% dos educandos pesquisados, não há nenhum tipo de atividade desenvolvida na biblioteca da escola, dado relativamente alto uma vez que 29% não respondeu a questão.

Dos 35 alunos, 74% afirmam não serem levados à biblioteca pelos professores, assim como 94% declaram não serem levados ao laboratório de informática para utilizar os computadores. Com relação ao incentivo à leitura, com excessão de um aluno, todos afirmaram não ter eventos na escola relacionados à temática, e de acordo com 77% não há projetos ou aulas específicas de leitura.

Em relação ao uso do laboratório de informática, 56% assinalaram que não podem usar os computadores, ao passo que os outros 44% confirmaram utilizar, exceto 1 aluno que não respondeu nenhuma das opções. Em relação ao uso pelos professores em suas disciplinas, 6% afirmam que sim, enquanto 94% ressaltam que não são levados ao referido espaço.

Os dados contribuem para compreender como a escola se organiza em termos de espaço e tempo em torno do currículo. É possível inferir uma ausência ou escassez de atividades que possam favorecer uma aprendizagem autorregulada pelos estudantes, à medida que sejam instrumentalizados a realizar escolhas críticas, podendo agir com autonomia acerca das informações novas a eles compartilhadas. Freire citando Morin (2001), afirma ser necessário ensinar o aluno a enfrentar situações imprevistas e inesperadas por meio de diferentes estratégias. “Dessa forma, roga-se à escola que transforme seu papel como instituição de ensino. Sendo necessário introduzir e desenvolver [...] a autonomia dos alunos, apoiada num papel mais ativo[...]” (FREIRE, 2009, p.277)

Para isto, o professor deve regular o ensino, revendo suas estratégias a fim de possibilitar que os educandos, de maneira crítica e motivada,

assumam papel sobre sua aprendizagem. O trabalho nos diferentes espaços da escola e com distintos materiais e possibilidades, para além do livro didático, pode contribuir com tais aspectos e desafios.

TECENDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O trabalho permitiu considerar que as avaliações em larga escala possibilitam resultados imprescindíveis ao processo educativo que frente uma análise consistente junto à realidade escolar, podem contribuir para uma tomada de decisões relevantes ao processo educativo. A partir de então, condutas poderão ser efetuadas de modo a buscar superar os problemas que incidem diretamente na aprendizagem dos alunos e nos altos índices de reprovação e abandono da escola.

É preciso planejar e executar ações que visem superar os baixos níveis de desempenho dos alunos. Faz-se necessário priorizar o caráter pedagógico, de autorregulação, a fim de favorecer discussões, reflexões, percepções dos erros e das dificuldades e a busca da superação dos mesmos. O aluno, ao passo que se autoavalia, percebe seus erros e as causas destes e depois se autorregula, ou seja, encontra ou "constrói uma maneira pessoal para aprender que o ajude a melhorar progressivamente com a finalidade de chegar à autonomia" (SANMARTÍ, 2009, p. 127).

Os dados confirmam que apesar da existência de biblioteca e laboratório de informática, estes não são utilizados pelos professores em suas práticas pedagógicas cotidianas. Consideramos que estes espaços possam ser utilizados com êxito na aprendizagem dos alunos, por meio de ações intencionais e planejadas. Depresbiteris e Tavares (2009, p. 55) orientam que

> [...] o aluno se sente motivado a trabalhar de forma produtiva quando percebe que há finalidade no trabalho que o professor propõe, e que seu desempenho é avaliado considerando-se progressos e dificuldades [...].

No que tange ao uso das TIC, a utilização dos laboratórios de informática, juntamente a outras tecnologias digitais, como Tv, aparelhos de celular e outros podem ser grandes aliados. Ao considerar as tecnologias digitais como agentes mediadores na aprendizgem, acredita-se que estas podem apoiar a aprendizagem e o desenvolvimento de capacidades específicas dos educandos,

bem como oportunizar experiências diferentes no processo de ensinar, avaliar e aprender, pois, educadores e alunos enfrentam o desafio da inserção das Tecnologias de Informação e Comunicação, tais como a televisão, o vídeo e o computador no cotidiano de suas atividades escolares.

É preciso compreender que as dificuldades de leitura, intepretação e escrita interferam grandemente no bom desempenho em todas as disciplinas escolares. Portanto, é necessário investir em projetos e ações que possam efetivamente contribuir com o aprendizado dos alunos, não pautando-se apenas na leitura dos textos do livro didático. A leitura precisa ser encarada de forma ampla, disponibilizando aos alunos múltiplos textos em suas mais variadas linguagens.

REFERÊNCIAS

ALAVARSE, Ocimar M.; BRAVO, Maria Helena; MACHADO, Cristiane. Avaliações externas e qualidade na educação básica: articulações e tendências. Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 24, n. 54, p. 12-31, jan./abr. 2013

ALMEIDA, Luana Costa; DALBEN, Adilson; FREITAS, Luiz Carlos de. **O Ideb**: limites e ilusões de uma política educacional. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302013000400008&script=sci_arttext> Acesso em: 01 jul. de 2014

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em < http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/portal-ideb > Acesso em 25 jun. de 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **PDE/PROVA BRASIL**: Plano de Desenvolvimento da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/prova%20brasil_matriz2.pdf> Acesso em: 01 jul. de 2014

COCCO, Eliane Maria; SUDBRACK, Edite Maria. **Avaliação no contexto escolar**: regulação e/ou mancipação. Disponível: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/471/112> Acesso em: 25 jun. de 2014

COSTA- HÜBES, Terezinha da Conceição. Formação continuada para professores da educação básica nos anos iniciais: ações voltadas para municípios com baixo Ideb. Rev. bras. Estud. pedagog. (online), Brasília, v. 94, n. 237, p. 501-523, maio/ago. 2013.

DEPRESBÍTERES, L.; TAVARES, M. R. Diversificar é preciso...: instrumentos e técnicas de avaliação da aprendizagem. São Paulo: Editora Senac, 2009.

FREIRE, Luiz Gustavo Lima. **Auto-regulação da aprendizagem**. Disponível em: <http://www.cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/viewFile/115/88> Acesso em: 30 jun. de 2014.

MACHADO, Cristiane. **Avaliação externa e gestão escolar**: reflexões sobre usos dos resultados. 2012. Revista @mbienteeducação. Disponível em: <http://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/principal/old/revista_educacao/pdf/volume_5_1/educacao_01_70-82.pdf> Acesso em 25 jun. de 2014.

NETO, João Luiz Horta. Avaliação externa de escolas e sistemas: questões presentes no debate sobre o tema. Revista bras. Est. pedag., Brasília, v. 91, n. 227, p. 84-104, jan./abr. 2010.

PASCHOALINO, Jussara Bueno; FIDALGO, Fernando. **A lógica brasileira da avaliação impactos no currículo escolar a partir do índice de desenvolvimento da educação básica.** Disponível em: <http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC34/ESC34_OutrosArtigos_Paschoalino.pdf > Acesso em: 25 jun. de 2014

SANMARTÍ, Neus. O mais importante é aprender a se autoavaliar. In: _____ Avaliar para aprender. Porto Alegre: Artmed, 2009.